

**Processo / Documento nº :** 700642 / 2022  
**Período de referência:** 2021  
**Unidade Jurisdicionada:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ  
**Relator:** ANTONIO ED SOUZA SANTANA  
**Termo de alerta nº:** 2053 / 2022

## TERMO DE ALERTA – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio do Conselheiro Relator do processo em epígrafe, com fundamento no artigo 1º, incisos VII e XIX, de sua Lei Orgânica e no artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre o dever de divulgar os instrumentos de transparência da gestão pública em meios eletrônicos de acesso público, vem emitir ALERTA ao órgão acima especificado, em conformidade com a análise realizada pelo Corpo Técnico da Diretoria de Administração Municipal, devido à constatação da seguinte situação:

### I. Situação Encontrada

Dados Verificados	Situação
Endereço Pesquisado	<a href="https://itau.rn.gov.br/acessoainformacao.php">https://itau.rn.gov.br/acessoainformacao.php</a>
Data da Pesquisa	30/03/2022
PPA	Não Divulgado
LDO	Não Divulgado
LOA	Não Divulgado
Prestação de Contas Anuais	Não Divulgado
RREO	Não Divulgado
RGF	Não Divulgado
RREO simplificado	Não Divulgado
RGF simplificado	Não Divulgado
Processos de despesas	Divulgado
Bem/Serviço contratado	Divulgado
Credores	Divulgado
Receitas arrecadadas	Divulgado
Procedimentos licitatórios realizados	Divulgado
Editais de licitação	Não Divulgado
Resultados de licitações	Divulgado
Contratos firmados	Divulgado
Lista de exigibilidades	Divulgado
E-SIC	Possui

Em razão da situação apontada pelo Corpo Técnico, sem embargo das atividades de fiscalização afetas a este Tribunal, recomenda-se que ocorra no prazo de 30 (trinta) dias, a adoção de providências para a efetiva divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal e dos dados da execução orçamentária e financeira, nos moldes previstos nos artigos 48 e 48-A, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de instauração de processo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções cabíveis.

Natal(RN), 31 de Março de 2.022

ANTONIO ED SOUZA SANTANA

Conselheiro Relator